IX Simpósio de Contabilidade e Finanças da UFGD

ICMS - Estimativa Simplificada E Decreto 751/2016: Uma Análise Comparativa Do Segmento De Materiais De Construção Civil No Estado De Mato Grosso

Brenda de Oliveira¹

Florentino Gonçalves Senise²

RESUMO

A sobrevivência de qualquer empreendimento está atrelada à sua capacidade de planejamento e gestão, principalmente no que tange ao Compliance Tributário, devido à sua complexidade, burocracia e onerosidade. Assim, este artigo apresenta uma análise comparativa dos regimes de tributação do ICMS no Estado de Mato Grosso, especificamente ao segmento de materiais para construção civil. A pesquisa busca evidenciar qual seria a melhor forma de tributação deste segmento. O objetivo geral se estabeleceu em confrontar a totalidade do tributo estadual em cada regime de apuração analisado, sendo eles, **Estimativa Simplificada, Apuração Normal e Apuração pelo Decreto 751/2016**. Trata-se de uma pesquisa teórico-empírica, com abordagem qualiquantitativa. A base do referencial teórico é a legislação tributária aplicável e estudos publicados em forma de artigos científicos, revistas, entre outros. Para realizar a análise comparativa foi montado um cenário hipotético, utilizando cinco produtos de maior giro no segmento da construção civil e, abrangidos pelo Cedem. Realizada a análise, chegou-se a conclusão de que fazer o recolhimento através do Decreto 751/2016 é o mais vantajoso para o empresário, seguido do recolhimento por Estimativa Simplificada. Este estudo evidencia o impacto da escolha do regime de apuração do ICMS e a importância de um planejamento tributário adequado a necessidade do empresário.

Palavras chaves: Planejamento tributário, ICMS, regime de tributação.

INTRODUÇÃO

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS incide sobre operações onde há a circulação de mercadorias nacionais e de importação, prestação de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal, serviços de comunicação, bem como a distribuição de energia elétrica. Trata-se de um tributo indireto, portanto o contribuinte de fato se distingue do contribuinte de direito, sendo que, quem arca com o ônus é o consumidor final.

O regime de apuração mais comum no Brasil é a Apuração Normal que, via de regra, se dá pelos créditos e débitos das operações realizadas e o montante a pagar é a diferença positiva entre os dois, sendo que, em contrapartida, quando o

saldo final da apuração resultar em crédito, estes poderão ser aproveitados em períodos subsequentes.

Exclusivamente no Estado de Mato Grosso há o Regime de apuração por Estimativa Simplificada sendo uma forma de tributação que consiste na aplicação da carga tributária média definida conforme o Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE). A cobrança por estimativa simplificada se aplica à mercadorias, bem como prestação de serviços de transporte em operações interestaduais.

Em novembro de 2016 foi instituído o Decreto 751, que regulamenta alterações na lei 9.840/2010, especificamente para o setor de materiais para construção civil. Esta lei estabelece a carga tributária de 10,15% nas aquisições interestaduais de determinadas mercadorias para contribuintes do ICMS no Estado de Mato Grosso, cujas atividades econômicas se enquadrem nos CNAES beneficiados.

Este artigo tem o objetivo de apresentar os regimes de apuração por Estimativa Simplificada, que é uma forma de tributação específica do Estado de Mato Grosso e, apuração pelo decreto 751/2016, que é um benefício para o segmento de materiais de construção mediante recolhimento antecipado.

Para demonstrar o recolhimento do ICMS em cada um dos regimes de apuração estudados, serão apresentados os conceitos básicos, a base legal de cada um e cálculos hipotéticos, fazendo um comparativo dos valores a pagar em cada forma de recolhimento.

Ao final deste artigo, o intuito é apresentar para os contadores, estudiosos da área e, principalmente para os empresários do setor econômico analisado, qual é o melhor regime de apuração para sua empresa, buscando manter o Compliance Tributário junto ao Estado da maneira menos onerosa possível, destacando, portanto, a importância de um planejamento tributário inteligente e personalizado.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Com a finalidade de apresentar um comparativo técnico através de um cenário hipotético de apuração do ICMS no Estado de Mato Grosso voltado para as empresas de materiais de construção civil, este artigo foi realizado utilizando uma pesquisa descritiva bibliográfica e documental, focado principalmente na legislação estadual, com abordagem quali-quantitativa e cálculos estruturados de forma simples e objetiva, possibilitando fácil compreensão a respeito de qual é o regime de tributação do ICMS/MT mais benéfico ao setor econômico estudado.

Para chegar aos resultados foi montado um cenário hipotético utilizando cinco produtos de alto giro para a construção civil, buscando evidenciar os valores devidos do imposto em cada regime de tributação estudado e, ao final comparando os dados a fim de evidenciar qual regime é o mais adequado para o empresário manter a elisão fiscal diante do Estado de forma menos onerosa.

1. CONCEITUAÇÃO DE TRIBUTO

Os tributos tiveram sua origem na Antiguidade a fim de regulamentar a vida em sociedade, estabelecendo contribuições de cada indivíduo em favor do bem comum social. No Brasil, há uma malha complexa de obrigações tributárias, que apresentam um perfil bastante oneroso sobre as atividades produtivas e sobre o consumo de bens e serviços.

O tributo é uma obrigação legal que dispensa ao cidadão o dever de pagar uma parte de sua renda e patrimônio em favor da máquina pública. Os tributos devem ser pagos em dinheiro, com exceção de casos onde haja autorização legal de pagamento de um tributo específico através de imóveis. Os tributos podem ser impostos, taxas, contribuições de melhoria e os empréstimos compulsórios e incidem sobre a renda, sobre o patrimônio ou ainda sobre o consumo de bens e serviços.

- a) **Impostos:** São tributos não vinculados, pois não estão relacionados a nenhum serviço específico prestado pelo Estado, como o disposto no artigo 16 do Código Tributário Nacional, imposto “é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.
- b) **Taxas:** São tributos vinculados, uma vez que são cobradas por uma contrapartida do Estado, ou seja, por conta de uma prestação de serviços de um ente público, seja ele municipal, federal ou estadual, tais como os serviços públicos ou pelo exercício do poder de polícia.
- c) **Contribuições de melhoria:** São também tributos vinculados e devem ser pagas quando ocorre uma prestação de serviço por parte do Estado que resulte em benefício direto ao contribuinte, como por exemplo, a valorização do imóvel.
- d) **Empréstimos compulsórios:** Regulamentados pelo artigo 15 do Código Tributário Nacional e artigo 148 da Constituição Federal. Somente a União pode instituí-los para atender despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

1.1. ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

O ICMS, de acordo com o artigo 155, II da Constituição Federal, tem como fato gerador a circulação de mercadorias, bem como a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e serviços de comunicação.

Conforme artigo 155, § 2º da CF, se trata de um imposto não cumulativo, ou seja, o valor pago em cada etapa poderá ser aproveitado como crédito na etapa subsequente, exceto nos casos onde há isenção ou não incidência do imposto. Quanto a alíquota aplicada há o princípio da essencialidade, ou seja, quanto maior a essencialidade do produto ou serviço, menor deverá ser a alíquota aplicável.

Atualmente no Estado de Mato Grosso rege a Lei 7.098 de 30 de dezembro de 1998, que consolida as normas referentes ao ICMS e o Decreto 2.212 de 20 de março de 2014, que regulamenta o ICMS. A lei dispõe, com base no artigo 155, inciso II, da Constituição Federal, e na Lei Complementar número 87, de 13 de

setembro de 1996, observadas as alterações que lhe foram conferidas pela Lei Complementar número 102, de 11 de julho de 2000, sobre a consolidação das normas. Já o Decreto dispõe sobre normas e procedimentos referentes ao ICMS, com base no art. 155, inciso II, da Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, na Lei nº 7.098, de 30 de dezembro de 1998, na Lei nº 8.797, de 8 de janeiro de 2008, observadas as alterações que lhes foram conferidas nas demais leis, Federais ou Estaduais, que afetam o aludido imposto e o respectivo processo administrativo, bem como em atos celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

1.2. LEI KANDIR – LEI COMPLEMENTAR Nº 87/1996

A Lei Complementar nº 87/1996 – Lei Kandir, regulamentou a aplicação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação. Um dos benefícios regulados por essa Lei é a isenção do pagamento do ICMS nas operações de exportação de produtos primários, semielaborados e serviços.

O contribuinte do ICMS é qualquer pessoa que realize com habitualidade ou em volume que possa caracterizar intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que tais operações sejam iniciadas no exterior.

Assim, estabelece em relação ao contribuinte do imposto, em seu artigo 4:

Art. 4º Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Parágrafo único. É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial:

I – importe mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja a sua finalidade;

II - seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III – adquira em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados;

IV – adquira lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.

A Lei Kandir foi responsável por uma importante reforma tributária do período posterior à Constituição de 1988 em relação à qualidade da tributação brasileira no que diz respeito ao imposto sobre o consumo.

1.3. APURAÇÃO NORMAL DO ICMS

O Regime de Apuração Normal do ICMS, regulado pelo artigo 131 do RICMS/MT, é o mais comum, utilizado por todas as Unidades Federativas e, consiste na apuração no último dia de cada mês, após o registro do valor contábil

total das operações, do valor total da base de cálculo com créditos e débitos e seu respectivo imposto, do valor fiscal total das operações isentas ou não tributadas e do valor total de outras apurações sem crédito e débito do imposto das operações de entradas e saídas dos estabelecimentos enquadrados neste Regime. Após a apuração sendo saldo devedor (valor do imposto a recolher) o mesmo deverá ser recolhido no prazo estabelecido pelo artigo 172 do RICMS/MT, e sendo saldo credor deverá ser transportado para o período seguinte.

Nos casos em que o contribuinte não está obrigado a manter escrituração fiscal, expressos na legislação, o montante do imposto a recolher corresponderá à diferença, a maior, entre o imposto devido sobre a operação ou prestação tributada e o cobrado na operação ou prestação imediatamente anterior, efetuada com a mesma mercadoria ou serviço.

A seguir uma demonstração do quadro hipotético de apuração normal do ICMS:

Entradas				
Mercadoria	Valor de Compra	Base de cálculo	Alíquota	Crédito
Produto A	70,00	70,00	2%	1,40
Produto B	50,00	20,00	7%	1,40
Produto C	120,00	120,00	7%	8,40
Produto D	30,00	30,00	7%	2,10
Produto E	60,00	Crédito saldo anterior		10,20
Produto F	80,00	Crédito saldo anterior		13,60
Total créditos neste mês				37,10

Saídas/Apuração ICMS				
Mercadoria	Valor de Venda	BC cálculo	Débito (17%)	ICMS Apurado Devido/Credor
Produto A	91,00	91,00	- 15,47	- 14,07
Produto B	70,00	28,00	- 4,76	- 3,36
Produto C	-	-	-	8,40
Produto D	-	-	-	2,10
Produto E	84,00	84,00	- 14,28	- 4,08
Produto F	110,00	110,00	- 18,70	- 5,10
Total apurado neste mês			- 53,21	- 16,11

1.4. APURAÇÃO POR ESTIMATIVA SIMPLIFICADA

A Estimativa Simplificada é um sistema de tributação instituído no Estado de Mato Grosso, através do Decreto 392/2011 com aplicação da carga média definida para cada Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE. A carga média foi previamente discutida com os representantes de cada segmento.

Há exceções a esse regime, como por exemplo, as operações com veículos novos, com bebidas alcoólicas, inclusive cerveja e chope, operações com cigarros, fumos e derivados, operações com Biodiesel – B100, com contribuintes participantes em Programas de Desenvolvimento.

O valor do ICMS Estimativa Simplificada corresponderá ao valor que resultar da aplicação sobre o valor total das operações do percentual fixado para o CNAE

em que estiver enquadrado o destinatário, nos termos do Anexo XIII do RICMS. Fica excluído da base de cálculo o valor do imposto devido por substituição tributária, retido pelo remetente, destacado na nota fiscal que acobertar a operação. Assim temos:

$$\text{ICMS} = (\text{Valor dos produtos} + \text{IPI} + \text{frete} + \text{despesas acessórias}) \times (\% \text{ do anexo XIII})$$

Demonstrando o cálculo para efeitos de aquisição de mercadoria interestadual:

CONFORME ANEXO XIII DO RICMS/MT		
CNAE Destinatário 4744-0/05		Carga Média ST do CNAE 15%
A	PRODUTO A + IPI	520,00
B	PRODUTO B + IPI	520,00
C	VALOR TOTAL DA BASE DE CÁLCULO	1.040,00
D	PERCENTUAL DE CARGA TRIBUTÁRIA MÉDIA	15%
E	VALOR DO ICMS ESTIMATIVA SIMPLIFICADA	156,00

1.4.1. DO BENEFÍCIO DA ESTIMATIVA SIMPLIFICADA PARA CONTRIBUINTE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

Os contribuintes optantes pelo Simples Nacional, que estão enquadrados no regime de estimativa simplificada, podem usufruir do benefício de redução da alíquota aplicada para apuração do ICMS, quando o produto não for substituto tributário no estado de Mato Grosso, de acordo com as normas relativas ao regime de substituição tributária e produtos disposto no Anexo XIV do RICMS/MT. Conforme disposto no Caput do Artigo 59, e §2 do RICMS/MT:

Art. 59 A base de cálculo do ICMS, para os contribuintes mato-grossenses optantes pelo Simples Nacional, que estiverem obrigados ao recolhimento do ICMS Garantido, nos termos dos artigos 777 a 780 das disposições permanentes, e/ou do ICMS Garantido Integral, conforme artigos 781 a 802, também das disposições permanentes, e no Anexo XI deste regulamento, será ajustada de forma que resulte em carga tributária final equivalente a: (cf. art. 2º da Lei nº 7.925/2003)

(...)

§ 2º Na hipótese do inciso I do caput deste preceito, na operação ou prestação regular e idônea, o ajuste autorizado neste artigo será de até 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) do valor da operação tributada consignado no documento fiscal que acobertou a respectiva aquisição da mercadoria.

A seguir quadro demonstrativo de apuração com produto ST e produto não ST:

CONTRIBUINTE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL			
CNAE Destinatário 4744-0/05		Carga Média ST 15%	Alíquota – Produto não ST 7,5%
A	PRODUTO A – (ST) + IPI		520,00
B	PRODUTO B – (NÃO ST) + IPI		520,00
C	VALOR TOTAL NA NOTA FISCAL		1.040,00
D	VALOR ESTIMATIVA SIMPLIFICADA – PRODUTO A (520 x 15%)		78,00

E	VALOR ESTIMATIVA SIMPLIFICADA – PRODUTO B (520 x 7,5%)	39,00
F	VALOR TOTAL DO ICMS ESTIMATIVA SIMPLIFICADA (D + E)	117,00

1.5. DO BENEFÍCIO EM OPERAÇÕES COM MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL – DECRETO 751/2016

O governo do Estado de Mato Grosso instituiu em novembro de 2016 o Decreto 751, que regulamenta a Lei nº 9.480, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe sobre os benefícios fiscais relativos ao segmento de materiais de construção. Esse Decreto traz como benefício uma redução da alíquota tributária para 10,15%, vinculada a uma lista de mercadorias dispostas na Resolução **CEDEM** nº 72/2015, consolidada até a Resolução nº 131/2016.

Este benefício está previsto no artigo 50 § 1 em diante, anexo V do RICMS/MT:

§ 1º A redução de que trata o caput deste artigo aplica-se, exclusivamente, às aquisições interestaduais efetuadas por contribuintes mato-grossenses enquadrados em qualquer dos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, adiante arrolados, desde que atendidas às condições definidas nos parágrafos deste artigo: (efeitos a partir de 1º de outubro de 2015)

I - 4679-6/01 - comércio atacadista de tintas, vernizes e similares;

II - 4679-6/99 - comércio atacadista de materiais de construção em geral;

III - 4741-5/00 - comércio varejista de tintas e materiais para pintura;

IV - 4742-3/00 - comércio varejista de material elétrico;

V - 4744-0/01 - comércio varejista de ferragens e ferramentas;

VI - 4744-0/02 - comércio varejista de madeira e artefatos;

VII - 4744-0/03 - comércio varejista de materiais hidráulicos;

VIII - 4744-0/04 - comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas;

IX - 4744-0/05 - comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente;

X - 4744-0/99 - comércio varejista de materiais de construção em geral.

(...)

*§ 3º A redução de que trata o caput deste artigo alcança, exclusivamente, os produtos e mercadorias destinados à construção civil, arrolados em lista publicada no Diário Oficial do Estado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Empresarial - **CEDEM**, contendo a respectiva classificação na Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM. (efeitos a partir de 1º de outubro de 2015).*

Para usufruir do benefício da redução da carga tributária para 10,15% o contribuinte deve estar em situação regular, comprovada por Certidão Negativa de Débitos e, o recolhimento deve ser feito antecipadamente a entrada da mercadoria em território mato-grossense. Caso não haja recolhimento antecipado o contribuinte deverá pagar a alíquota integral da carga média estipulada para seu CNAE.

Abaixo um demonstrativo de recolhimento antecipado conforme o Decreto:

APURAÇÃO CONFORME DECRETO 751/16 – RECOLHIMENTO ANTECIPADO		
CNAE Destinatário	Carga Média ST	Alíquota CEDEM –
4744-0/05	15%	10,15%
A	PRODUTO A + IPI	520,00
B	PRODUTO B + IPI	520,00

C	VALOR TOTAL NA NOTA FISCAL	1.040,00
D	CARGA TRIBUTÁRIA CEDEM - ANTECIPADO	10,15%
E	VALOR TOTAL DO ICMS ESTIMATIVA SIMPLIFICADA (1.040,00 x 10,15%)	105,56

2. CASO PRÁTICO SIMULADO

O presente estudo tem o objetivo de demonstrar e comparar os valores de ICMS a recolher nos regimes de apuração do Estado de Mato Grosso para o segmento de materiais de construção civil. Para isso foi montado um cenário hipotético simulando um caso prático, onde a empresa é optante pelo **Lucro Presumido** e possui CNAE principal **4744-0/05**, utilizando cinco produtos de alto giro no setor e, outro cenário onde a empresa está enquadrada no **Simples Nacional**, utilizando o mesmo CNAE e os mesmos produtos. São eles:

- A. Areia;
- B. Tijolo;
- C. Tinta;
- D. Cimento;
- E. Piso.

Para fins de demonstração as mercadorias são adquiridas do Estado de São Paulo cuja alíquota interna para aproveitamento de crédito é 7%, sendo que a alíquota do Estado de Mato Grosso é 17% para débitos do imposto. Foi considerado, para fins de apuração normal, a venda total das mercadorias com uma margem de lucro de 30%.

1. Apuração para contribuinte optante pelo Lucro Presumido:

PRODUTO A - AREIA			
REGIMES DE APURAÇÃO	APURAÇÃO NORMAL	ESTIMATIVA SIMPLIFICADA	DECRETO 751/16 - ANTECIPAÇÃO
PRODUTO + IPI	1.872,00	1.872,00	1.872,00
CRÉDITO 7%	131,04	-	-
VALOR DE VENDA	2.433,60	-	-
DÉBITO 17%	413,71	-	-
ALÍQUOTA	-	15%	10,15%
TOTAL A PAGAR	282,67	280,80	190,00

PRODUTO B - TIJOLO			
REGIMES DE APURAÇÃO	APURAÇÃO NORMAL	ESTIMATIVA SIMPLIFICADA	DECRETO 751/16 - ANTECIPAÇÃO
PRODUTO + IPI	5.900,00	5.900,00	5.900,00
CRÉDITO 7%	413,00	-	-
VALOR DE VENDA	7.670	-	-
DÉBITO 17%	1.303,90	-	-
ALÍQUOTA	-	15%	10,15%
TOTAL A PAGAR	890,90	885,00	598,85

PRODUTO C - TINTA			
REGIMES DE APURAÇÃO	APURAÇÃO NORMAL	ESTIMATIVA SIMPLIFICADA	DECRETO 751/16 - ANTECIPAÇÃO

PRODUTO + IPI	1.680,00	1.680,00	1.680,00
CRÉDITO 7%	117,60	-	-
VALOR DE VENDA	2.184,00	-	-
DÉBITO 17%	371,28	-	-
ALÍQUOTA	-	15%	10,15%
TOTAL A PAGAR	253,68	252,00	170,52

PRODUTO D – CIMENTO				
REGIMES APURAÇÃO	DE	APURAÇÃO NORMAL	ESTIMATIVA SIMPLIFICADA	DECRETO 751/16 - ANTECIPAÇÃO
PRODUTO + IPI		7.960,00	7.960,00	7.960,00
CRÉDITO 7%		557,20	-	-
VALOR DE VENDA		10.348,00	-	-
DÉBITO 17%		1.759,16	-	-
ALÍQUOTA		-	15%	10,15%
TOTAL A PAGAR		1.201,96	1.194,00	807,94

PRODUTO E – PISO				
REGIMES APURAÇÃO	DE	APURAÇÃO NORMAL	ESTIMATIVA SIMPLIFICADA	DECRETO 751/16 - ANTECIPAÇÃO
PRODUTO + IPI		13.000,00	13.000,00	13.000,00
CRÉDITO 7%		910,00	-	-
VALOR DE VENDA		16.900,00	-	-
DÉBITO 17%		2.873,00	-	-
ALÍQUOTA		-	15%	10,15%
TOTAL A PAGAR		1.963,00	1.950,00	1.319,50

Abaixo um quadro geral dos valores apurados de ICMS:

APURAÇÃO TOTAL DO ICMS – LUCRO PRESUMIDO				
PRODUTO	VALOR DO PRODUTO	ICMS A PAGAR APURAÇÃO NORMAL	ICMS A PAGAR ESTIMATIVA SIMPLIFICADA	ICMS DECRETO 751/16
A - AREIA	1.872,00	282,67	280,80	190,00
B - TIJOLO	5.900,00	890,90	885,00	598,85
C - TINTA	1.680,00	253,68	252,00	170,52
D - CIMENTO	7.960,00	1.201,96	1.194,00	807,94
E – PISO	13.000,00	1.963,00	1.950,00	1.319,50
TOTAL	30.412,00	4.592,21	4.561,80	3.086,81

2. Apuração para o contribuinte optante pelo Simples Nacional, para recolhimento por aquisições, com redução de alíquota a **7,5%** na estimativa simplificada, para produtos que não são substitutos tributário:

CONTRIBUINTE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL				
PRODUTOS	VALOR DO PRODUTO + IPI	ST	ICMS A PAGAR ESTIMATIVA SIMPLIFICADA	ICMS A PAGAR DECRETO 751/16 - ANTECIPAÇÃO
A - AREIA	1.872,00	NÃO	140,40	190,00
B - TIJOLO	5.900,00	SIM	885,00	598,85

C - TINTA	1.680,00	SIM	252,00	170,52
D - CIMENTO	7.960,00	SIM	1.194,00	807,94
E – PISO	13.000,00	SIM	1.950,00	1.319,50
TOTAL	30.412,00	-	4.421,40	3.086,81

1. Apuração para o contribuinte optante pelo Simples Nacional, para recolhimento pela Receita, no DAS – Documento de Arrecadação Simples:

Projetando o total dos produtos com uma margem de 30% de lucro por 12 meses chega-se a uma receita bruta de 474.427,20 para cálculo da apuração normal do ICMS. Com esta receita bruta a empresa se enquadra na terceira faixa do anexo I do Simples Nacional, conforme quadro a seguir:

ANEXO I				
RECEITA BRUTA EM 12 MESES (EM R\$)			ALÍQUOTA NOMINAL	PARCELA A DEDUZIR
1º FAIXA	-	180.000,00	4,00%	-
2º FAIXA	180.000,01	360.000,00	7,30%	5.940,00
3º FAIXA	360.000,01	720.000,00	9,50%	13.860,00
4º FAIXA	720.000,01	1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5º FAIXA	1.800.000,01	3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6º FAIXA	3.600.000,01	4.800.000,00	19,00%	378.000,00

De acordo com a Receita Bruta temos a seguinte repartição de tributos recolhidos através do DAS:

PERCENTUAL DE REPARTIÇÃO DOS TRIBUTOS						
FAIXAS	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	CPP	ICMS
1º FAIXA	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
2º FAIXA	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
3º FAIXA	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
4º FAIXA	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
5º FAIXA	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
6º FAIXA	13,50%	10,00%	28,27%	6,13%	42,10%	-

O cálculo para definição das alíquotas fica da seguinte forma:

CÁLCULO ALÍQUOTA EFETIVA – CONFORME 3ª FAIXA – SIMPLES NACIONAL	
RECEITA BRUTA EM 12 MESES	R\$ 474.427,20
ALÍQUOTA NOMINAL	9,50%
PARCELA A DEDUZIR	R\$ 13.860,00
ALÍQUOTA EFETIVA (RECEITA BRUTA EM 12 MESES X ALÍQUOTA NOMINAL – PARCELA A DEDUZIR / RECEITA BRUTA EM 12 MESES)	6,58%
ALÍQUOTA ICMS (ALÍQUOTA EFETIVA X PERCENTUAL DO ICMS 33,50%)	2,20%

O valor do ICMS a pagar corresponde a um percentual de 33,50% calculado sobre a alíquota, dentro do DAS mensal apurado de forma unificada.

Portanto, o cálculo do recolhimento mensal fica assim:

APURAÇÃO SIMPLES NACIONAL MENSAL		APURAÇÃO NORMAL ICMS NO SIMPLES NACIONAL	
RECEITA BRUTA DO MÊS	R\$39.535,60	RECEITA BRUTA DO MÊS	R\$ 39.535,60
ALÍQUOTA EFETIVA	6,58%	ALÍQUOTA ICMS	2,20%
DAS TOTAL A PAGAR	R\$ 2.601,44	DAS TOTAL A PAGAR	R\$ 869,78

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo desenvolver uma análise comparativa dos regimes de apuração do ICMS no Estado de Mato Grosso, identificando qual é o mais vantajoso para o empresário do segmento de materiais de construção.

Através dos resultados obtidos neste estudo, visando desonerar de forma lícita os custos com o ICMS, pode-se concluir que é de suma importância que seja desenvolvido um planejamento tributário inteligente, adequado a necessidade de cada empresa, somente assim a empresa poderá manter um Compliance Tributário e, sofrendo menos impacto da carga tributária.

Com a análise comparativa desenvolvida através do cenário hipotético construído, ficou claro que, para o contribuinte do lucro presumido, em relação aos produtos elencados pela Resolução CEDEM, é mais vantajoso fazer a apuração do ICMS através do Decreto 751/2016 com recolhimento antecipado, tendo uma economia média de 32,3% em relação a apuração mensal por Estimativa Simplificada e, de 32,8% em relação a apuração normal, utilizando uma margem de lucro de 30% nas vendas.

Já para o contribuinte optante pelo Simples Nacional é mais vantajoso optar pela apuração normal, onde o recolhimento é feito através do DAS (Documento de Arrecadação Simples), com uma economia média de 72,05% em relação ao Decreto 751/2016 e, de 80% em relação ao Estimativa Simplificada.

A partir dos resultados obtidos, entende-se que para cada empresa é necessário um planejamento tributário levando em conta suas especificidades, pois diversos fatores influenciam no impacto da carga tributária. A escolha correta do regime de tributação reduz o custo tributário, desonerando a empresa, permitindo maior possibilidade de crescimento e continuidade no mercado.

REFERÊNCIAS

NETO, Luiz Rabelo. **ICMS**. Jusbrasil, 2017. Disponível em <<https://luizinhorabelo.jusbrasil.com.br/artigos/468178861/artigo-academico-icms>>. Acesso em: 2 Jun.2019.

OLIVEIRA, Caio Victor Andrade Gabina de. **Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS)**. Jus, set.2016. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/51807/imposto-sobre-a-circulacao-de-mercadorias-e-prestacao-de-servicos-icms>>. Acesso em: 2 Jun.2019.

BRASIL. **Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação

de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Brasília, Set.1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp87.htm>. Acesso em: 5 Jun.2019.

Mato Grosso. **Regulamento do ICMS Mato Grosso**. Dispõe sobre normas e procedimentos referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. 2014. Disponível em <<http://www.sefaz.mt.gov.br/legislacao/SubIndice.aspx?ID=8>>. Acesso em: 15 Jun.2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. DOU Brasília, DF, 05 out 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 Jun.2019.

SILVA, V. A.; CRUZ, J. C.; SANTOS, P. S. A. Revista UNEMAT de Contabilidade. **Comparativo dos regimes de ICMS no estado mato grosso: Uma análise técnica**.2016. Disponível em <<https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/1380>>. Acesso em: 2 Ago.2019.